



impedir o uso de tal ferramenta de envio automático de lances. Além disso, como as novas providências para identificar alternativa mais adequada para conferir isonomia entre os usuários dos robôs e os demais demandariam tempo, e a questão exigiria celeridade, entendeu o relator que MPOG poderia definir provisoriamente, por instrução complementar e mediante regras adicionais para a inibição ou limitação do uso dos robôs, de maneira a garantir a isonomia entre todos os licitantes, nos termos do art. 31 do decreto 5.450/05, razão pela qual apresentou voto nesse sentido, bem como por que o tribunal assinasse o prazo de 60 dias para que a SLTI implementasse mecanismos inibidores do uso de dispositivos de envio automático de lances em pregões eletrônicos conduzidos via portal Comprasnet, no que foi acompanhado pelo plenário. Grifo nosso.

(Acórdão 2601/11-Plenário, TC-014.474/11-5, rel. min. Valmir Campelo, 28/09/11).

Conforme sabiamente supra elucidado pelo Ilustre Ministro Relator do TCU Valmir Campelo, o licitante usuário do robô pode simplesmente cobrir os lances dos concorrentes por alguns reais ou apenas centavos, **não representando, portanto, vantagem de cunho econômico para a administração**. Exatamente o que ocorreu no presente pregão, por parte do vencedor do certame com reduções variadas de menos R\$ 50,00 (cinquenta reais) dos lances de seu oponente.

Importa trazer a lume que, conforme a explanação de um analista do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, em um trecho de decisão do TCU no acórdão 485/15, explica-se o funcionamento dos “robôs” nos pregões:

(...)

‘O robô é um componente de software desenvolvido para automatizar o envio de lances pelo fornecedor, transpondo alguns passos que devem ser dados na navegação de páginas’. Desta forma, evita que o fornecedor navegue e acompanhe o processo, deixando tudo a cargo da máquina. Segundo ele, os robôs foram identificados a partir da leitura dos lances ofertados nas atas dos pregões